

Finanças & Controle

**UNACON
Sindical**
SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação
Nacional
2021
Edição XXIX
1º semestre/2021



REFORMA ADMINISTRATIVA

**Unacon Sindical intensifica
trabalho parlamentar e mobilização
para barrar a PEC 32/2020**

CGU EM FOCO

Em reunião com a
DGI, Unacon Sindical
cobra realização
de concurso

PROGRAMAÇÃO ONLINE

Unacon Sindical
adapta calendário
de atividades de 2021
para o ambiente virtual

CDS

Com 45% do quadro
renovado, Conselho
realiza primeira
reunião de 2021

Diretoria Executiva Nacional

Bráulio Cerqueira
Presidente

Daniel Lara
Vice-Presidente

Rudinei Marques
Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio
Diretor de Finanças

Frederico Carlos Janz
Diretor de Assuntos Jurídicos

Elaine Niehues Faustino
Diretora de Filiados

Roberto Kodama
Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, José Dário Martins, Rossana Valéria Gonçalves. (Suplentes: Fani Leite da Silva, Laura Márcia de Souza Lima Safi.)

Conselho de Ética Nacional

Adriano de Queiroz Almeida, Gilberto Pereira Lopes, Rogério Honorato Torres (Suplente: Cristovalto Alves Rocha)

Delegados Sindicais do DF

Controle Interno: Corinto Silveira Santos – Zeles de Oliveira Flor – Valério Victorino – André Coelho – Roberta Guerra Holder Belfort Campos – José Marcos dos Santos – Cristiano Sampaio Brigido

Finanças Públicas: Manoel Messias de Jesus – Luiz Alberto Marques Vieira Filho – Jeová Quintino Filho – Josélia de Fatima Silva Santos – Júlio Domingues Zenckner Possas – Luciana de Almeida Toldo
Suplente: Rossini Albernaz Neto

Delegados Sindicais nos Estados

Edilson Rodrigues Vidal – AC, Marcos Antônio Calixto – AL, Rafael de Oliveira Novo – AM, Adelson Vilhena Neves – AP, Filipe Leão Marques – BA, Antônio Edilberto Araújo Barreto – CE, Wander Freitas – ES, Jaci Fernandes Sobrinho – GO, Armando Gonçalves Mendes De Carvalho – MA, João Colaço dos Santos – MG, Gilberto Ricardi – MS, Ícaro Fernandes – MT, Rodrigo Bender Moreira – PA, Maria Esmeralda Rodrigues – PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes – PE, Ducilene Vieira dos Santos – PI, Adalto Salvador – PR, Alcides Sales Coelho – RJ, Ana Maria Balthar Pinto Machado – RJ, Khalil Chaves Cruz – RN, Valério Jordão – RO, Celso Duarte de Sousa Junior – RR, Carlos Renato Correa Leite – RS, Mario Célio da Silva – SC, Luis Joacy Barreto de Matos – SE, Roberto Quintela Fortes – SP

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly e Lucivam Queiroz

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 2,6 mil exemplares

SUMÁRIO

4. CGU EM FOCO

Em reunião com a DGI, Unacon Sindical cobra realização de concurso e alerta: "déficit de servidores ultrapassa 60% da dotação legal"



5. STN EM FOCO

STN implementa Programa de Gestão e subsecretária destaca bons resultados



6. CDS 1º/2021

Com 45% do quadro renovado, Conselho de Delegados Sindicais realiza primeira reunião de 2021



7. PROGRAMAÇÃO ONLINE

Unacon Sindical adapta calendário de atividades de 2021 para o ambiente virtual



8. REUNIÃO SERVIDORES

Mobilização virtual contra a reforma administrativa pauta conversa com a carreira



9. REFORMA ADMINISTRATIVA

Unacon Sindical intensifica trabalho parlamentar e mobilização para barrar a PEC 32/2020

11. REAÇÃO

Após ataque na CCJC, Unacon Sindical e demais afiliadas ao Fonacate protocolam nova denúncia contra Guedes na Comissão de Ética

12. EMERGÊNCIA FISCAL

Emenda Constitucional 109 reforça arrocho sobre servidores públicos



14. SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Enfrentamento à corrupção no Brasil é discutido por referências nacionais e internacionais



15. ESPAÇO JURÍDICO

Assecor e Unacon Sindical solicitam ao MP a fiscalização de contratações temporárias no Ministério da Cidadania e na AGU

17. ARTIGO

Desinformação e ideologia cercam debate sobre a reforma administrativa

18. UNACON CULTURAL

Sindicato inaugura espaço para divulgação de atividades artísticas dos filiados



19. NOTAS

Vacina, chantagem, retrocesso e muitas vidas perdidas

Enquanto o mundo discute e implementa quebra de patentes de vacinas, planejamento governamental, proteção social, recuperação do investimento público, aceleração da transição para a economia verde e políticas industriais ativas, no Brasil os porta-vozes do mercado financeiro ainda ditam a agenda econômica e social e ameaçam: “se não acelerarmos as reformas (PEC 186/2019 e Reforma Administrativa) o dólar explodirá, a bolsa entrará em colapso e o governo não terá mais dinheiro”.



De janeiro a março a pressão foi por redução nominal de salários dos servidores e desvinculação de recursos para saúde e educação. A PEC 186/2019, apropriadamente chamada de “PEC da Chantagem”, condicionou a extensão do auxílio emergencial por apenas 3 meses às novas maldades contra servidores e contra as políticas sociais. Com muita luta impedimos a redução de salários, mas a Emenda Constitucional 109, aprovada em duas semanas no Congresso, terminou por criar mais uma regra fiscal que aponta para a desvalorização de salários e aposentadorias por 15 anos, o que precisará ser revisto – como aliás acaba de ocorrer com o auxílio emergencial novamente prorrogado.

A agenda regressiva do primeiro semestre no Brasil prosseguiu com o início da tramitação da PEC 32/2020, da reforma administrativa. Em plena emergência sanitária, o governo apresentou uma proposta que privatiza a oferta de serviços públicos, institucionaliza o bico com novas contratações precárias, amplia a ingerência política na administração com a criação de mais de um milhão de cargos de livre nomeação nos três níveis de governo e “premia” o grosso dos servidores à frente do combate ao vírus com o fim da estabilidade. Na CCJC, conseguimos derrubar seus novos princípios vagos e privatistas, assim como caiu a possibilidade de extinção de universidades e outros órgãos por decreto. Mas a luta continua na Comissão Especial da Câmara e em todas as instâncias. Mobilize-se, é o futuro do serviço público e da carreira de Finanças e Controle que está em jogo!

Em junho de 2021, o Brasil ultrapassou a triste marca de meio milhão de óbitos por Covid-19. A DEN manifesta pesar por todas as vidas perdidas e dedica esta edição de F&C à memória de todos os colegas da carreira que faleceram ou que perderam familiares e amigos.

Com esperança e afeto precisamos seguir. Nesta edição inauguramos o espaço “Unacon Cultural”, coluna dedicada à divulgação de contos, poesias, crônicas e produção artística dos filiados. E na estreia fomos presenteados com “Barra do Corda”, soneto de José Osmar Monte Rocha, nosso querido professor Osmar; que no abraço dos rios da vida, consagremos o amor para a vida inteira.

Boa leitura!

Bráulio Cerqueira
Presidente do Unacon Sindical



O Unacon Sindical pautou a reforma administrativa em diversos veículos. O destaque vai para artigo publicado por Míriam Leitão, em sua coluna no jornal O Globo. No texto, a jornalista repercutiu dados apresentados pelo Fonacate informando que, se a PEC 32/2020 for aprovada, o governo poderá nomear 90 mil pessoas estranhas ao serviço público para funções estratégicas. Bráulio Cerqueira e Rudinei Marques também concederam inúmeras entrevistas em que se posicionaram pela rejeição total da proposta e alertaram para o que está em jogo: a captura do Estado e o aparelhamento da máquina pública. Todas as matérias estão publicadas na categoria “Na Mídia”, no site do Unacon Sindical. Acesse: <https://unacon.org.br/na-midia>

Principais canais que deram destaque ao Unacon Sindical





Em reunião com a DGI, Unacon Sindical cobra realização de concurso e alerta: “déficit de servidores ultrapassa 60% da dotação legal”

PGD e reforma administrativa também estiveram em pauta

O esvaziamento do quadro funcional da Controladoria-Geral da União (CGU), que atualmente conta com quantitativo inferior a 60% da previsão legal, foi pauta de reunião da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical com a Diretoria de Gestão Interna da Pasta, realizada no dia 14 de maio. O presidente do Sindicato, Bráulio Cerqueira, o secretário executivo, Rudinei Marques, e o diretor de Comunicação, Roberto Kodama, ressaltaram a urgência da realização de concurso.

“Já alcançamos níveis alarmantes. O déficit de servidores ultrapassa 60% da dotação legal”, pontuou Marques, ao lembrar que essa tem sido uma pauta recorrente nas reuniões com a CGU nos últimos anos e que precisa ser priorizada.

A diretora de Gestão Interna, Vivian Vivas, e a coordenadora-geral de Gestão de Pessoas, Simei Spada, informaram que, assim como nos anos anteriores, foi encaminhado ao Ministério da Economia, dentro do prazo legal, pedido para realização de concurso para os cargos de Auditor e Técnico Federal de Finanças e Controle e que a demanda aguarda pela resposta do órgão.

Atenta às projeções de piora do quadro, com novas aposentadorias, a DEN

requisitou informações detalhadas sobre o número de servidores ativos.

TELETRABALHO

Outros temas, deliberados pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS) em abril, como ajustes no Programa de Gestão de Demandas (PGD) e uniformização de entendimento em relação à adesão e antecipação de feriados locais, também foram abordados no encontro.

Sobre o PGD, a DGI se colocou à disposição dos servidores para esclarecimentos e eventuais ajustes à nova portaria 1.082 da CGU, publicada em 17 de maio, que regulamenta o programa. Quanto aos feriados regionais, Vivian informou que, em face das características de cada cidade em relação às medidas de enfrentamento à Covid-19, a opção sobre antecipar feriados, dentro do limite legal, tem sido facultada aos superintendentes regionais.

Antes de concluir, a DEN presenteou os representantes da CGU com o livro “Rumo ao Estado Necessário: críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido”, produzido pelo Fonacate em parceria com a Servir Brasil. ●

FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO

No dia 10 de fevereiro, a DEN se reuniu com o ministro da CGU, Wagner de Campos Rosário, para debater o futuro do serviço público, tendo como ponto de partida propostas em trâmite no Parlamento. Na oportunidade, Bráulio Cerqueira apresentou a nova formação da DEN, que estará à frente do Sindicato pelos próximos anos, e reiterou a disposição ao diálogo. “A atual conjuntura traz grandes desafios, não apenas para o serviço público, mas para a sociedade como um todo, que sofre com os reflexos da pandemia. Nós estamos em posições diferentes, Sindicato e órgão, servidores e Administração, mas temos muitas pautas convergentes, como o fortalecimento da carreira, o reforço de nossas atribuições típicas de Estado, a defesa da excelência técnica e o aprimoramento da própria instituição. Por isso, precisamos manter o diálogo permanentemente”, pontuou.

STN implementa Programa de Gestão e subsecretária destaca bons resultados

“Costumo dizer que não estávamos em trabalho à distância, e sim em isolamento social, e tivemos bons resultados. Agora, no teletrabalho, vamos repeti-los”, avalia Paula Bicudo



A Portaria STN nº 621, de 15 de dezembro de 2020, que implementou o Programa de Gestão (PG) no âmbito da Secretaria, foi pauta da primeira reunião do ano entre o Unacon Sindical, representado pelo presidente Bráulio Cerqueira, e as equipes da Subsecretaria de Assuntos Corporativos do Tesouro Nacional (Sucop) e da Coordenadora de Desenvolvimento Institucional (Codin).

Realizado em fevereiro, de forma virtual, o encontro contou, ainda, com a participação dos delegados sindicais de Finanças Públicas Josélia de Fátima Santos, Júlio Possas e Luciana Toldo.

Na oportunidade, Cerqueira perguntou sobre a adesão das coordenações ao programa e questionou a obrigatoriedade de o participante prover, com

recursos próprios, a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições. Sobre esse último item, sugeriu que o Tesouro, a exemplo de outros órgãos, disponibilize os computadores aos servidores em teletrabalho.

A subsecretária Paula Bicudo e a coordenadora Priscila Castro ressaltaram que o tema, inclusive, já foi pautado em outras reuniões, mas que as competências da STN e o contexto atual de proliferação de fraudes digitais exigem muito cuidado com a segurança das informações. O assunto será aprofundado com a área tecnológica do órgão e voltará a ser discutido com os servidores.

Quanto à adesão das diversas áreas ao PG, as dirigentes destacaram o amplo interesse. “Costumo dizer que não estávamos em trabalho à distância, e sim

em isolamento social, e [mesmo diante desse contexto] tivemos bons resultados. Agora, no teletrabalho, vamos repeti-los”, avaliou Paula Bicudo, ao citar os desafios iniciais da implementação do modelo de forma emergencial e a expectativa com a regulamentação. “Todas as coordenações manifestaram interesse em participar do Programa. Essa experiência que tivemos, de forma forçada, levou a uma mudança de comportamento na STN”, acrescentou Priscila Castro.

Para permitir que a adesão atenda às especificidades de cada área, conforme informaram, não será estabelecido, neste primeiro momento, percentuais mínimos e máximos de servidores em PG. Assim, as coordenações terão flexibilidade para criar, por exemplo, um sistema híbrido. ●



Com 45% do quadro renovado, Conselho de Delegados Sindicais realiza primeira reunião de 2021

Realizado por videoconferência, encontro pautou a importância da mobilização da carreira de Finanças e Controle na corrida contra as reformas que desestabilizam o serviço público e o país

Com 45% do quadro renovado, o Conselho de Delegados Sindicais (CDS) realizou a primeira reunião da legislatura 2021-2023 nos dias 8 e 9 de abril, pelo Zoom. Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, abriu o encontro falando sobre a pandemia e a importância de redobrar os cuidados com a saúde. Filipe Leão, delegado sindical da Bahia, sugeriu que o encontro fosse dedicado à memória de todos os colegas que morreram por complicações da Covid-19. O pedido foi acatado e registrado em ata.

Na avaliação de conjuntura, o presidente do Sindicato falou sobre o agravamento da crise e a necessidade de se aprofundar o debate com a base, os servidores públicos e a sociedade.

Na mesma linha, os delegados sindicais também destacaram a urgência de mobilizar a carreira e o conjunto de servidores para a corri-

da contra as reformas que desestabilizam o serviço público e o país. "Precisamos resistir. Esse é o nosso papel", declarou o veterano Carlos Leite, representante da regional do Rio Grande do Sul.

ELEIÇÃO

O CDS reconduziu Filipe Leão ao cargo de presidente e elegeu Ana Maria Balthar, delegada sindical do Rio de Janeiro, para a Vice-Presidência e Luiz Alberto Marques Filho, delegado sindical de Finanças Públicas, para a Secretaria. "Apesar do luto nacional, é preciso manter-se firme na luta. O CDS é, de certo modo, um microcosmo que representa todos os servidores da CGU e do Tesouro Nacional que buscam por dias melhores. Sinto-me renovado e com bastante energia para contribuir com o fortalecimento das nossas instituições e, porque não, do nosso país", afirmou Leão. ●

Diretoria de Filiados promove reuniões com as regionais

"Os encontros permitem o conhecimento das realidades locais e a troca de ideias, facilitando a criação de estratégias", ressalta o delegado sindical de Santa Catarina

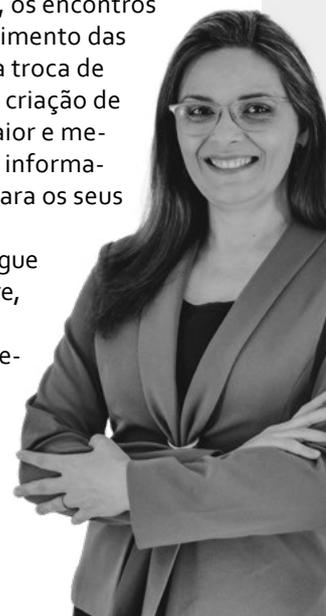
Com o objetivo de fomentar a participação dos filiados nas ações promovidas pelo Unacon Sindical, a Diretoria de Filiados elaborou um cronograma de reuniões com as delegacias sindicais. Além de possibilitar a apresentação dos canais de comunicação, das formas de mobilização e a divulgação de atividades, os encontros têm permitido uma análise mais precisa sobre a dinâmica de cada regional.

A diretora Elaine Faustino pontua que as reuniões com as regionais do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, realizadas em abril e maio, já trouxeram resultados. "Os encontros têm nos trazido um *feedback* importante e impactado na elaboração de materiais e na ampliação da participação em nossos canais de comunicação."

O delegado sindical de Santa Catarina, Mario Célio da Silva, ressalta a importância da iniciativa. "Além de criar um canal de comunicação entre a DEN e os estados, os encontros permitem o conhecimento das realidades locais e a troca de ideias, facilitando a criação de estratégias para maior e melhor divulgação das informações do Sindicato para os seus filiados."

O cronograma segue no segundo semestre, com as regionais do Centro-Oeste e os delegados sindicais do Distrito Federal. ●

Elaine Faustino,
Diretoria de Filiados



Unacon Sindical adapta calendário de atividades de 2021 para o ambiente virtual

No primeiro semestre, entidade lançou podcast em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres e ofereceu curso de finanças pessoais em comemoração ao Dia das Mães



Seguir com a realização de eventos associativos online em 2021 não foi uma escolha. O Unacon Sindical bem que queria voltar a celebrar as datas comemorativas presencialmente, promovendo festas para os filiados de todo o país. Mas o aumento de infecções e de mortes por Covid-19, somado ao lento ritmo de vacinação no Brasil, forçaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) a adaptar o calendário de atividades para o ambiente virtual.

As lives nunca vão substituir as festas presenciais e a felicidade de poder reencontrar, conversar e abraçar os colegas de longa data. No entanto, as videoconferências têm surpreendido e proporcionado momentos de interação, pelo chat do Youtube, que aquecem o coração de quem participa.



Coral dos Servidores do Ministério da Economia

Foi assim no evento em comemoração ao Dia das Mães.

Para homenagear as mães da carreira de Finanças e Controle, o Sindicato ofereceu um curso à distância. Os próprios filiados escolheram, em enquete, o tema da capacitação. "Finanças pessoais" ganhou com 122 votos.

Ministrado pelo especialista em Investimento Rodrigo Tenório, o curso foi parte do evento virtual, que também contou com o sorteio de R\$8 mil em prêmios e o lançamento de vídeo emocionante do Coral dos Servidores do Ministério da Economia. O grupo escalou a família para participar da gravação.

Ao lado dos filhos ou da mãe, os coralistas cantaram arranjo de Eduardo Dias Carvalho para a música "Trem Bala", composição de Ana Vilela. A produção virtual contou com a participação da maestrina Isabela Sekeff na regência e na flauta transversal, e de convidados especiais como Alfredo Ericeira, ao piano, e Marcos Bortoli, ao violão. Todo o projeto é feito à distância, com ensaios semanais realizados em plataforma de videoconferência. Para a montagem e finalização do vídeo, Sekeff conta com a dedicação dos coralistas

que gravam suas partes em casa, em total segurança, e com a edição de áudio de Lautaro Wlasenkov e a edição de vídeo de Hamilton Ribeiro.

DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES

Durante todo o mês de março, o Unacon Sindical contou a história de seis servidoras da carreira. As entrevistas com Ana Maria Balthar, Leylane Maria da Silva, Luciana Toldo, Viviane Andre Antunes e Lena Oliveira de Carvalho fizeram parte do especial "Mulheres que Inspiram e Lutam"; série de podcast em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. Os episódios estão disponíveis no site unacon.org.br.

ENVIE SUA SUGESTÃO

Por enquanto, a programação de atividades associativas do segundo semestre de 2021 seguirá totalmente à distância. Dicas de cursos, concursos culturais e apresentações que possam ser realizados no ambiente virtual são bem-vindos. Envie sua sugestão para o email comunicacao@unacon.org.br e acesse o site para acompanhar a divulgação dos próximos eventos. ●

Mobilização virtual contra a reforma administrativa pauta conversa com a carreira

“Está na hora de articular toda a nossa base”, ressaltou Cerqueira. Videoconferência foi realizada no dia 23 de abril, pelo Zoom

No dia 23 de abril, o Unacon Sindical realizou reunião virtual com os Auditores (AFFC) e Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) de todo o país. Em pauta, convocação para mobilização virtual contra a reforma administrativa e a articulação conjunta das entidades afiliadas ao Fonacate. Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, conduziu a reunião.

Na abertura do encontro, Cerqueira contextualizou a carreira sobre o andamento das ações do Sindicato contra a PEC 32/2020, da reforma administrativa, e convocou os servidores. “Está na hora de mobilizar toda a nossa base”, disse.

A chamada para a articulação virtual em defesa do serviço público foi o foco da reunião. Elaine Faustino, diretora de Filiados, chamou a atenção para a importância dos dirigentes sindicais e demais filiados atuarem como agentes multiplicadores. “É importante que todos acompanhem as publicações e convocações do Unacon Sindical e do Fonacate. Para isso é preciso entrar no site, se inscrever na lista de transmissão do *WhatsApp*, curtir todas as redes sociais e compartilhar o conteúdo com os colegas servidores públicos. Esse será o nosso principal meio de mobilização contra a precarização do serviço público”, destacou.

Rudinei Marques, secretário executivo do Sindicato, alertou para o objetivo real do governo com a PEC 32/2020. “A proposta de reforma administrativa foi encaminhada para que o Estado não tenha mais que arcar com os servidores públicos durante todo seu tempo de atividade, aposentadoria e, eventualmente, pensão. A

mensagem é clara: eles não querem manter os servidores na folha de pagamento por 60 anos”, disse.

A videoconferência também contou com apresentação de Ana Luíza Matos de Oliveira, coordenadora-geral da Secretaria Executiva da Frente Servir Brasil, sobre os principais riscos da PEC 32/2020. ●

“É importante que todos acompanhem as publicações e convocações do Unacon Sindical e do Fonacate. Para isso, é preciso entrar no site, se inscrever na lista de transmissão do *WhatsApp*, curtir todas as redes sociais e compartilhar o conteúdo com os colegas servidores públicos. Esse será o nosso principal meio de mobilização contra a precarização do serviço público”

Elaine Faustino, diretora de Filiados do Unacon Sindical

AGENDA DE LIVES

Acompanhe a participação do Unacon Sindical em eventos virtuais

Seção exclusiva do site informa a data, a hora e o link de transmissão de atos públicos, debates, reuniões e apresentações culturais que contam com a participação ou com o patrocínio do Sindicato

Criada em 2020, no início da pandemia de Covid-19, a “Agenda de Lives” se tornou a seção mais acessada do site do Unacon Sindical. O motivo: a migração das atividades políticas, sindicais e associativas para o ambiente online. A categoria tem como objetivo organizar e dar mais visibilidade aos eventos que contam com a participação ou com o patrocínio do Sindicato.

Além de menu exclusivo, a “Agenda de Lives” tem destaque logo no topo da

página inicial do site. O espaço tem sido utilizado para divulgar debates, reuniões e até mesmo eventos que contam com a participação dos filiados.

Mas o grande bônus da nova seção é o de facilitar a participação dos filiados nos atos públicos virtuais convocados pelo Sindicato, como o “Dia Nacional em Defesa do Serviço Público: mobilização e luta pelo futuro do Brasil”, realizado no dia 24 de março pelo Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fona-

ENVIE SUA AGENDA

Quer divulgar o lançamento do seu livro, apresentação artística ou a participação em algum ato público ou mobilização virtual?

Envie, com antecedência, as informações do evento para o email comunicacao@unacon.org.br, para divulgação na Agenda de Lives.

cate) em parceria com o movimento Basta! e a Servir Brasil.

A transmissão de todos os eventos postados na “Agenda de Lives” é pública e gratuita. Para assistir, o filiado só precisa clicar no evento e procurar pelo link de acesso, disponibilizado sempre no rodapé do texto. ●



Unacon Sindical intensifica trabalho parlamentar e mobilização para barrar a PEC 32/2020

Em audiência pública no dia 30 de junho, Bráulio Cerqueira destacou que a matéria tem impactos negativos, tanto do ponto de vista fiscal quanto nas entregas à população

O Unacon Sindical, em parceria com as outras entidades representativas do serviço público e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), intensificou o trabalho parlamentar e a mobilização para barrar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa.

No dia 30 de junho, em audiência pública na Comissão Especial que analisa o mérito da proposição, o presidente do Sindicato, Bráulio Cerqueira alertou que o horizonte da PEC não tem nada de moderno, pelo contrário, é anacrônico e regressivo. “Embora, na justificção, a PEC vise o ajuste fiscal e a ‘modernização do Estado’, na prática, ela tem efeito fiscal adverso, aponta para a precarização das relações de trabalho no setor público e facilita a captura da Administração por interesses particulares, o que compromete as entregas à população”.

Um dos pontos cruciais para o efeito fiscal negativo, conforme apontou a consultoria do Senado Federal — Casa revisora da PEC 32/2020 —, é a criação dos chamados cargos de liderança e assessoramento, que permitirá o aparelhamento de mais de 90 mil cargos na Administração Federal. A mudança

pautou conversa do Unacon Sindical com a jornalista Míriam Leitão, no dia 15 de junho, e virou manchete. “A reforma administrativa é mais uma das propostas do governo Bolsonaro que serve a seu projeto de poder que, todos sabemos, é autoritário”, escreveu a colunista ao jornal O Globo.

O aumento da pressão forçou o recuo do governo. No dia 7 de junho, foi a vez do ministro Paulo Guedes participar de audiência na Comissão Especial. Após ser questionado por diversas vezes por parlamentares de oposição, ele admitiu: “você estão certos, não podemos colocar cem mil cargos comissionados”.

Esse não é o primeiro avanço em relação ao texto original. Ainda na

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), foi suprimida a inclusão de novos princípios (“imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, subsidiariedade e boa governança pública”) no artigo 37 da Constituição Federal. “Esses princípios são voluntaristas, indeterminados, obscuros, desnecessários e não cabem na Constituição”, pontou Rudinei Marques, secretário executivo do Sindicato, em audiência na CCJC, no dia 29 de abril.

MOBILIZAÇÃO

Em paralelo ao trabalho parlamentar, o Unacon Sindical reforçou a mobilização no ambiente virtual e nas ruas.



Comissão Especial - PEC 32/20 - Reforma Administrativa



No dia 11 de maio, integrou passeata contra a PEC 32/2020, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Duas semanas depois, na data da instalação da Comissão Especial, o protesto foi em frente ao Anexo 2 da Câmara dos Deputados. No mesmo dia, Bráulio Cerqueira e Rudinei Marques compuseram uma comitiva que foi recebida pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

Na ocasião, o secretário executivo do Sindicato listou pontos que têm impacto para os atuais servidores. São eles: a extinção do Regime Jurídico Único; a previsão de demissão por decisão judicial de segunda instância, antes mesmo do trânsito em julgado; a permissão dada ao presidente da República para alterar atribuições por decreto; as modificações no artigo 37 da Constituição que atacam o princípio da irredutibilidade salarial e, por fim, a alteração na forma de se legislar sobre demissão por insuficiência de desempenho.

Arthur Lira respondeu que não tem “compromisso com o texto do governo e que nada sairá da Câmara em prejuízo ao direito adquirido”. Ao fim da reunião, o deputado recebeu um abaixo-assinado pela suspensão da tramitação matéria, enquanto perdurar a pandemia, com 120 mil apoiadores.

Além do apoio expressivo à petição, a mobilização virtual reiterou a rejeição popular à matéria na consulta pública aberta pela Câmara dos Deputados — 196 mil pessoas afirmam discordar totalmente do texto — e angariou apoio à emenda global da Servir Brasil.

EMENDA GLOBAL

O texto, viabilizado após meses de trabalho, corrige as principais

distorções da proposta do governo e garante estabilidade para todos os servidores públicos. A emenda também exclui a criação dos vínculos de experiência, suprime a concessão de superpoderes ao presidente da República e restringe a ocupação de cargos de liderança e assessoramento a servidores de carreira. No que tange à proteção legal dos servidores em exercício, garante a observância da legislação vigente. O mesmo vale para os concursos já homologados.

“A emenda substitutiva global, apoiada pelo Unacon Sindical, permite corrigir o texto original e evitar imensos retrocessos. De toda forma, continuaremos na luta para derrotar inteiramente essa PEC, que não traz qualquer melhoria ao serviço público brasileiro”, pondera Marques. Na mesma linha, Cerqueira destaca: “o próximo passo é pressionar para que os membros da Comissão estejam conosco, e com o país, na aprovação do substitutivo. A mobilização continua”.

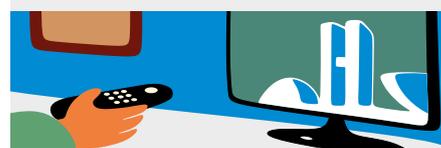
A Frente Servir Brasil agradeceu, nos canais oficiais, a todos os servidores que se mobilizaram para pressionar os parlamentares. “Cada e-mail enviado, cada voto na enquete da Câmara dos Deputados e a pressão nas redes sociais dos parlamentares foi fundamental”.

O Sindicato endossa o agradecimento e convoca todos os filiados a se manterem vigilantes. Está disponível no site (unacon.org.br) uma ferramenta de mobilização, com a lista de e-mails e das redes sociais dos membros da Comissão Especial. Acesse e participe da luta! ●

SUBSÍDIO TÉCNICO

A série Cadernos da Reforma Administrativa chega a 21ª edição, abordando o tema “Ensino Superior sob ameaça”. A publicação traz uma análise sobre a atual situação das universidades públicas e o desinvestimento no setor, que tem custado a descontinuidade de importantes pesquisas.

Todas as edições estão disponíveis no nosso site. Acesse no Qr code ao lado.



CAMPANHA

O Fórum Nacional das Carreiras de Estado, integrado pelo Unacon Sindical, lançou, em maio, uma nova campanha de mídia contra a reforma administrativa. O vídeo foi veiculado na Globo News durante todo o mês de junho. Assista no Qr code ao lado.



REFORÇO

A articulação parlamentar contra a (PEC) 32/2020 ganhou o reforço do Torreão Braz Advogados. Em encontro realizado em janeiro, os representantes do Escritório anunciaram uma rodada de reuniões com os congressistas, a partir de fevereiro, para mapear os posicionamentos e “otimizar” a atuação das entidades no Parlamento.

ENQUETE

O portal da Câmara dos Deputados está com enquete sobre a PEC 32/2020 aberta. Até o momento, mais 196 mil pessoas manifestaram “discordar totalmente” da proposição. Vote também no Qr code ao lado.





Após ataque na CCJC, Unacon Sindical e demais afiliadas ao Fonacate protocolam nova denúncia contra Guedes na Comissão de Ética

Que o colegiado exerça com independência e rigor as suas competências, que apure os fatos e responsabilize Guedes”, pede Rudinei Marques

O ministro da Economia Paulo Guedes volta a atacar. Dessa vez, comparou os servidores públicos que ingressaram nos cargos por concurso com “militantes políticos”. Assim como nos episódios anteriores, quando ele comparou a categoria a “parasitas” e “assaltantes”, a alcunha, registrada em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, ensejou pronta reação das entidades afiliadas ao Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), entre elas o Unacon Sindical, que foram, novamente, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República pedir a responsabilização do ministro.

“Ainda temos esperança que essa Comissão exerça com independência e rigor as suas competências, que apure os fatos e o responsabilize por mais essa agressão deliberada aos servidores brasileiros”, afirma o secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

Na representação, o Fonacate pontua que a conduta do ministro “constitui violação ao artigo 3º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, razão por que deve ser objeto de apuração e sanção por essa Comissão de Ética Pública. Dentre os preceitos contidos tanto no Código de Conduta da Alta Administração Federal quanto no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, identifica-se o dever de adoção, pelas autoridades públicas, de postura ética, moral e transparente”.

RESULTADO

Em 11 de fevereiro de 2020, o Fonacate protocolou a denúncia 00191000135202027, após o ministro chamar os servidores de parasitas. O mesmo episódio motivou, conforme apurou a assessoria jurídica do Fórum, outras oito denúncias à Comissão.

Em junho, Guedes foi condenado pela Justiça Federal a pagar uma multa de R\$ 50 mil pela agressão verbal.

A sentença foi proferida pela juíza Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, da 4ª Vara Federal da Bahia, em ação movida pelo Sindicato dos Policiais Federais da Bahia. De acordo com o presidente do Sindipol (BA), o dinheiro pago pelo ministro será doado ao Hospital Santo Antônio, que pertence às Obras Sociais Irmã Dulce, e ao Hospital Aristides Maltez; organizações sem fins lucrativos de Salvador.

ASSÉDIO

Desde 2019, a Arca (Carreiras Públicas pelo Desenvolvimento Sustentável) monitora, por meio do Assediômetro, casos de assédio institucional no serviço público - termo usado para caracterizar constrangimentos, ameaças e desqualificações feitas aos servidores de forma coletiva ou, ainda, às instituições, por parte de gestores. No total, já foram identificados 827 casos. Também houve incremento significativo nas denúncias de assédio moral recebidas pelo canal oficial do governo. Em agosto de 2020, reportagem da Folha de S. Paulo revelou que, até aquela data, 680 denúncias haviam sido apresentadas por servidores federais. O número representa aumento de mais de 60% em relação a 2019. ●

Recomposição salarial pauta reunião com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia

Se não houver previsão de reposição das perdas inflacionárias acumuladas em 2022, os salários seguirão congelados até, pelo menos, janeiro de 2024

Recomposição salarial pauta reunião com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia. O presidente Bráulio Cerqueira e o secretário executivo Rudinei Marques representaram o Unacon Sindical na videoconferência realizada no dia 10 de março. Márcio Gimene presidente da Assecor, também participou do encontro. As entidades dialogaram com o então secretário Wagner Lenhart e equipe.

Os dirigentes levaram a preocupação da base com a questão salarial no curto prazo. A carreira de Finanças e Controle integra uma pequena fatia, de 20% de servidores públicos, que recebeu reajuste em 2019: a grande maioria, 80% do funcionalismo, está sem recomposição desde 2017.

De acordo com estudo sobre a corrosão salarial elaborado pelo Fonacate com a contribuição do Sindicato, se não houver previsão de reposição das perdas inflacionárias acumuladas em 2022, os salários seguirão congelados até, pelo menos, janeiro de 2024, por força da Lei Complementar (LC) 173/2020. O levantamento também foi entregue à CGU e à STN.

“Entendemos que é muito mais fácil fazer uma recomposição a cada dois ou três anos do que deixar a inflação corroer os salários por uma década”, pontuou Marques. Lenhart sublinhou a legitimidade do pleito e demonstrou disposição ao diálogo.

Somente no governo Bolsonaro, a perda acumulada entre 2019 e o final de 2022 chegaria a 20% pelo IPCA e 64% pelo IGP-M. Até o fim de 2023 alcançariam 24% e 70%, respectivamente.

“O próprio Presidente da República já comunicou aos seus ministros que pretende repor as perdas salariais dos servidores civis durante o seu mandato”, lembrou Cerqueira. A informação sobre o possível reajuste teve repercussão na imprensa e foi reforçada por Lenhart, em entrevista ao programa CB Poder, do Correio Braziliense, veiculado em agosto de 2020, na página do Facebook do veículo. ●

Emenda Constitucional 109 reforça arrocho sobre servidores públicos

Trabalho do Unacon Sindical e demais entidades representativas garantiu avanços em relação ao texto original

“É um atentado contra a saúde, o bem-estar da população e o serviço público”. Essa é a definição da recém-promulgada Emenda Constitucional 109, nas palavras do presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira. O texto, que tramitou no Congresso Nacional como PEC 186/2019, antecipa na Constituição Federal gatilhos criados pelo teto de gastos para contenção da despesa pública, entre eles o congelamento salarial e a suspensão de concursos públicos.

De acordo com a nova regra, sempre que a despesa corrente, nos estados e municípios, alcançar 95% da receita corrente, ou 85%, com autorização do legislativo local, os gatilhos poderão ser acionados. Já na União, o texto cria um subteto de despesa obrigatória dentro do teto de gastos (EC 95) e, por estar atrelado a essa regra, tem a mesma vigência, até 2036.

Para os servidores públicos federais, a EC 109 não tem efeito imediato - visto que o congelamento salarial já está em vigor por força da Lei Complementar 173/2020 -, mas reforça o cenário de arrocho e de corrosão salarial. Segundo a previsão do Instituto Fiscal Independente, no ritmo atual, no âmbito federal, os gatilhos serão acionados em 2025, com chance de serem disparados antes.

Além de estabelecer novas regras fiscais, a nova Emenda autoriza a retirada de recursos destinados a fundos que financiam políticas públicas nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Tudo isso foi apresentado como “contrapartida necessária” ao pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial. Mas ficou claro que, na verdade, tratou-se de estratégia para acelerar a tramitação da matéria.

“A EC limita o gasto com auxílio a R\$ 44 bilhões em 2021, contra R\$ 300 bilhões em 2020, isto diante do agravamento da pandemia e num momento em que os países prosseguem aumentando o gasto público em defesa de suas populações. Não há restrição financeira propriamente dita ao pagamento do auxílio, o problema é político”, pondera o presidente do Sindicato. Tanto é assim que, no início de julho, foi anunciada a intenção de prorrogar o auxílio por mais três meses.

AVANÇOS

Embora a EC represente um novo revés para a categoria, a mobilização garantiu avanços.

Originalmente, a PEC 186/2019 previa, entre os gatilhos de contenção de despesa, cortes de até 25% na jornada e nos salários dos servidores, além do congelamento imediato de vencimentos. O Unacon Sindical foi uma das entidades mais atuantes no sentido de alertar parlamentares, governo e sociedade sobre os prejuízos que a proposta poderia causar para a economia e para o serviço público. Relembre algumas ações decisivas na linha do tempo ao lado. ●

LINHA DO TEMPO

PEC DESIDRATADA

Logo após o envio da matéria ao Congresso, Unacon Sindical subscreve nota pública em que o Fonacate aponta inconstitucionalidades no texto.

Em reunião com equipe técnica do então relator da PEC 186/2019, Oriovisto Guimarães (PODE-PR), Bráulio Cerqueira alerta para a possibilidade de um apagão no serviço público e exige responsabilidade social.



Estudo "O Lugar do Funcionalismo Estadual e Municipal no Setor Público Nacional (1986-2017)", organizado por Bráulio, é lançado e repercute no Valor Econômico. Publicação desmistifica argumentos favoráveis aos gatilhos e à reforma administrativa.

NOV 2019

FEV 2020

Em seminário na Câmara, Bráulio ressalta que corte no salário e nas jornadas redundará na redução dos serviços prestados à população, especialmente nas áreas da saúde, educação e segurança pública.



Em reunião com a então subsecretária interina de Assuntos Corporativos (Sucop) do Tesouro Nacional, Gildenora Milhomem, DEN apresenta preocupações com o futuro do serviço público, em face da PEC 186/2019.

Em seminário virtual, Bráulio ressalta que cortes salariais "vão acelerar corrida para o fundo do poço".

MAR 2020

JUL 2020

Matéria, que estava à espera do parecer do senador Oriovisto Guimarães na CCJ, tem a relatoria redistribuída ao senador Marcio Bittar (MDB-AC).

Com a sinalização de que o governo pretende retomar a tramitação do texto, mesmo em meio à pandemia, mobilização é reforçada nos meios digitais. Na CCJ, Unacon Sindical articula a apresentação de emendas.

Com o fim do recesso parlamentar, Unacon Sindical retoma trabalho pela modificação do substitutivo da PEC Emergencial.

O relator, também responsável pelo parecer da PEC do Pacto Federativo, comunica a junção das duas propostas. O presidente do Senado afirma que será incluída, ainda, a autorização para o pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial.

NOV 2020

DEZ 2020

FEV 2021

Marcio Bittar (MDB-AC) protocola relatório. No texto, retira a previsão de cortes de até 25%, indica o congelamento de salários, promoções e progressões, a suspensão de concursos e a desvinculação de verbas obrigatórias para saúde e educação. Relatório prevê, ainda, recursos insuficientes para o pagamento de parcelas do auxílio no valor anterior.



Relatório é fortemente criticado por partidos de oposição, entidades da sociedade civil e representações do serviço público. Mobilização ganha apoio de personalidades públicas e ampla repercussão na imprensa.

FEV 2021

Com o aumento da pressão, relator recua e mantém gastos mínimos com saúde e educação em novo relatório.

Servidores e entidades se rearticularam para tentar barrar os gatilhos ainda constantes na matéria.

Texto é aprovado em 1º e 2º turnos, em dois dias, e segue à Câmara.

Entidades trabalham junto aos partidos de oposição para construir acordos e atenuar medidas de arrocho.

FEV 2021

MAR 2021



Unacon Sindical integra ato virtual do Movimento Basta!, que contou com centenas de servidores e dezenas de parlamentares, e carreata contra os gatilhos da PEC.

Unacon Sindical se reúne, virtualmente, com parlamentares da bancada do Distrito Federal e pede a supressão de todos os artigos que não tratem do auxílio emergencial.

Câmara aprova PEC 186/2019 em 1º e 2º turnos, em três dias. Acordo construído pela oposição garante as progressões e promoções no período de vigência da emenda constitucional.

TEXTO É PROMULGADO e passa a vigorar como Emenda Constitucional 109

MAR 2021

Enfrentamento à corrupção no Brasil é discutido por referências nacionais e internacionais

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE
ENFRENTAMENTO
À CORRUPÇÃO

Convergência de esforços entre academia, sociedade civil e profissionais da área pública marca primeira edição do evento virtual. Bráulio Cerqueira e Rudinei Marques representaram a DEN no encontro

“Como Construir um Futuro mais Efetivo?”. Este foi o tema da primeira edição do Seminário Internacional de Enfrentamento à Corrupção no Brasil, realizado pelo Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate) em parceria com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), a Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (Fenaud) e o Unacon Sindical. O encontro virtual foi realizado no dia 27 de abril, com transmissão ao vivo no canal do Fonacate no Youtube. Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, participou da solenidade de abertura do evento. Rudinei Marques, secretário executivo da entidade, mediu um dos painéis, na condição de presidente do Fonacate e da Fenaud.

Em sua fala, Cerqueira fez uma provocação aos participantes. “Como dar visibilidade à corrupção sem fragilizar as próprias instituições e a própria democracia? O passado recente brasileiro demonstra que se, de um lado, a democracia, a transparência e o controle social revelam a corrupção, por outro lado, a espetacularização do combate à corrupção pode fragilizar as próprias instituições e liberdades”, pontuou. O

presidente do Sindicato também saudou e destacou a participação dos Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC) Marcus Braga, Leice Garcia e Romualdo dos Santos.

Marques aproveitou a solenidade de abertura para falar sobre a missão do Seminário. “A visão do combate à corrupção como espetáculo contaminou a discussão e o necessário enfrentamento do problema se mantém como uma chaga aberta na vida nacional. O encontro de hoje cumpre com o propósito de resgatar o tema do enfrentamento à corrupção. Espero que esta seja a primeira edição, de muitas, do Seminário e que ele possa servir de ponto de rearticulação na luta por um país mais justo, solidário e transparente”, concluiu. ●

A apresentação dos palestrantes estão disponíveis para download no hotsite do evento. Acesse: enfrentamento.com.br



Palestrantes internacionais. De cima para baixo: Alina Mungiu-Pippidi, Matthew Taylor, Daniel W. Gingerich e César Nicandro Cruz-Rubio

ASSISTA NO YOUTUBE

Todo o Seminário foi gravado, com tradução simultânea. As palestras estão organizadas em playlist disponível no canal do Fonacate no Youtube. Acesse os vídeos no Qr code ao lado.



Assecor e Unacon Sindical solicitam ao MP a fiscalização de contratações temporárias no Ministério da Cidadania e na AGU

Processo seletivo simplificado foi autorizado pela MP 1.039/2021, que instituiu novas parcelas do auxílio emergencial

A Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor) e o Unacon Sindical protocolaram, no fim de abril, uma representação no Ministério Público Federal (MP) para solicitar ao órgão o acompanhamento das contratações temporárias no Ministério da Cidadania (MDS) e na Advocacia-Geral da União (AGU), autorizadas pela Medida Provisória (MP) 1.039/2021.

No documento, as entidades ressaltam que as atividades administrativas/burocráticas, exercidas pelos profissionais selecionados, devem estar relacionadas ao pagamento do

Auxílio Emergencial de 2021 e lembram, ainda, que este tipo de contratação - por tempo determinado e à revelia de concurso de provas e títulos - "é medida extrema para fazer frente a situações imprevisíveis de emergência ou calamidade pública".

Os editais de seleção foram divulgados em abril, um mês após a edição da MP, e resultaram no recrutamento de 89 profissionais para o MDS e 110 para AGU, já em maio. De acordo com o normativo, o período de vigência dos contratos é de seis meses, podendo ser prorrogado por até dois anos. ●



Acesse a representação no Qr code ao lado.



Unacon é admitido como *amicus curiae* na ADI 6.806 contra a Medida Provisória 1.042/2021

MP autoriza o presidente da República a dispor, por decreto, sobre a transformação de cargos públicos comissionados, funções de confiança e gratificações

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), admitiu o ingresso do Unacon, na condição de *amicus curiae*, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.806 contra a Medida Provisória (MP) 1.042/2021, que autorizou o presidente da República a dispor, por decreto, sobre a transformação de cargos públicos comissionados, funções de confiança e gratificações na Administração Pública Federal. Com a decisão, o

Sindicato poderá subsidiar o debate na Corte.

Na prática, conforme avalia o presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, a MP, editada em 14 de abril, antecipa alterações já previstas na PEC 32/2020, da reforma administrativa, para dar ao chefe do Executivo mais poderes para gerir os cargos de livre nomeação, podendo extingui-los, criá-los e preenchê-los sem critérios pré-definidos. "Além do teor

sensível, chama a atenção a forma como foi feito, por meio de Medida Provisória, sem o necessário debate no Congresso Nacional que, aliás, é responsável, conforme o previsto na Constituição, por aprovar esse tipo de alteração", pontua.

A ADI foi proposta pelos partidos Verde (PV), Democrático Trabalhista (PDT), Socialista Brasileiro (PSB) e Rede Sustentabilidade. O ministro Marco Aurélio, relator da ação, já requisitou manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) e parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a matéria. ●



Na Justiça, Unacon Sindical garante pagamento de 13º e adicional de férias sobre abono de permanência

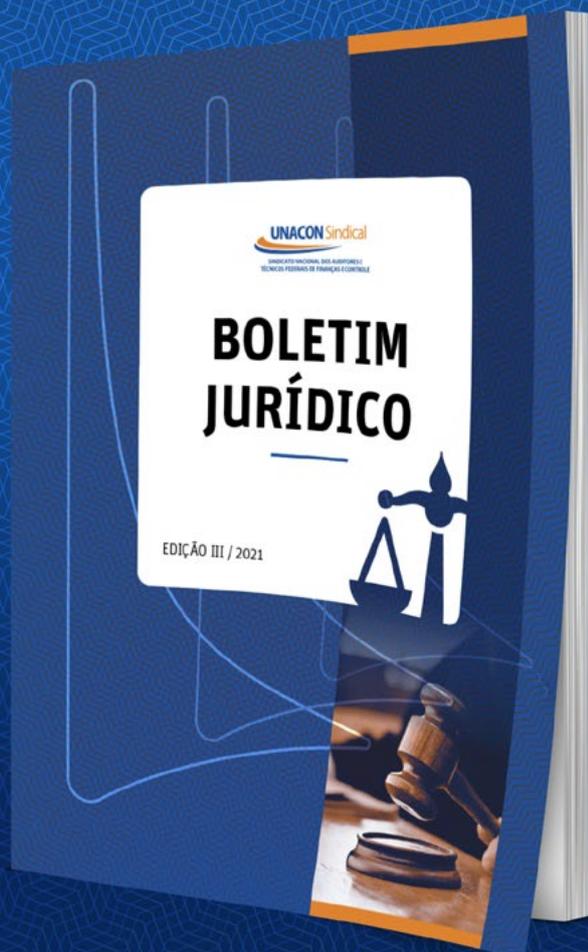
“A sentença de procedência corrige a conduta ilegal da União”, comemora assessoria jurídica

A juíza Maria Cândida Carvalho Monteiro, da 9ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, acatou o pedido do Unacon Sindical e determinou que a União pague valores referentes ao décimo terceiro e ao adicional de férias sobre o abono de permanência.

“Julgo procedente o pedido para (i) determinar à ré que o abono de permanência seja incluído nas bases de cálculo do adicional de férias e da gratificação natalina; e (ii) condená-la ao pagamento das verbas pagas em

desacordo com os critérios estipulados no item (i), acrescidas de correção monetária e juros de mora”, diz trecho da decisão, publicada em abril.

A assessora jurídica do Unacon Sindical, Ana Torreão, do Torreão Braz Advogados, comemora a decisão. “A sentença de procedência corrige a conduta ilegal da União de conceder as parcelas de décimo terceiro salário e de terço de férias sem considerar o abono de permanência como integrante das respectivas bases de cálculo de tais benefícios. Isso fica ainda mais evidente porque a União, até então, deliberadamente desconsiderava a natureza remuneratória do abono, motivo pelo qual incide, inclusive, imposto de renda sobre a parcela.” ●



III Edição do Boletim Jurídico

O andamento dessas e das demais ações judiciais coletivas, patrocinadas pelo Unacon Sindical, você confere na nova edição do Boletim Jurídico, encaminhado juntamente a este informativo. Acesse a versão digital no QR code abaixo.



Desinformação e ideologia cercam debate sobre a reforma administrativa

Por Bráulio Santiago Cerqueira

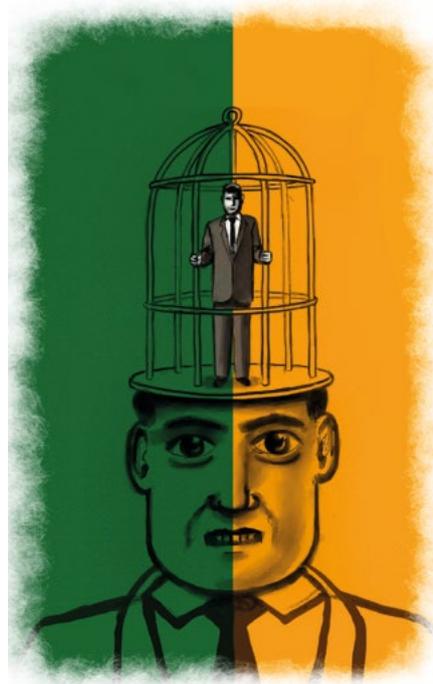
A discussão do mérito da reforma, em linha com o discurso oficial e de “mercado”, permanece marcada pela desinformação e chavões ideológicos. Seriam três seus objetivos declarados: conter as despesas obrigatórias com salários para abrir espaço ao investimento público; modernizar a Administração Pública; e acabar com remunerações e benefícios desproporcionais.

Em relação ao primeiro objetivo, a própria Exposição de Motivos esclarece que a PEC “ora apresentada não acarreta impacto orçamentário-financeiro. No médio e no longo prazos, inclusive, poderá resultar na redução dos gastos obrigatórios, possibilitando incremento nas taxas de investimento público no país”.

Cabe ressaltar aqui que o comportamento do investimento federal pós 2014, de 1,3% do PIB para 0,8% em 2019, em nada se relaciona à despesa com pessoal civil, que vem caindo em termos reais e segue estável em % do PIB: 1,8% do PIB em 2014 para os ativos civis, e os mesmos 1,8% em 2020 (STN/Resultado do Tesouro Nacional). A queda do investimento federal remete a outros fatores, como a adoção de uma agenda econômica refratária ao planejamento estatal, e a adoção de regras fiscais mal desenhadas, a exemplo do teto de gastos. Aliás, sua suspensão no ano passado pelo orçamento de guerra levou o investimento federal a 1,4% do PIB (STN/Resultado do Tesouro Nacional).

Quanto à modernização do Estado, em verdade o projeto se restringe à gestão de recursos humanos (RH), deixando de lado a estrutura da máquina pública, insumos, ferramentas de gestão, governo digital e as próprias entregas de bens e serviços à população.

Mesmo do ponto de vista do RH, a orientação da PEC 32/2020 é privatista e patrimonialista. Chama de “modernização” a precarização das relações de trabalho no serviço público, com a extinção do Regime Jurídico Único, criação de cinco vínculos diferentes na Administração, apenas um deles com estabilidade para os novos servidores, e aumento do quantitativo e o livre preenchimento dos “cargos de Liderança e Assessoramento”, entre outros pontos.



A proposta de reforma administrativa institucionaliza o bico no Estado, aponta para a privatização desregulada de serviços públicos, amplia a ingerência política na gestão e “premia” o grosso das categorias de servidores à frente do combate à pandemia com o fim da estabilidade

Assim, a proposta de reforma administrativa institucionaliza o bico no Estado, aponta para a privatização desregulada de serviços públicos, amplia a ingerência política na gestão e “premia” o grosso das categorias de servidores à frente do combate à pandemia com o fim da estabilidade. Esta última, vale lembrar, instrumento de proteção do cargo público e da sociedade contra o arbítrio do poder político ou privado.

Não por outras razões, conclui a Nota Técnica 69/2021 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (p. 40, grifos do texto):

“...a PEC 32/2020 apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos, tais como aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude da desestruturação das organizações. Por sua vez, os efeitos previstos de redução de despesas são limitados, especialmente no caso da União. Assim, estimamos que a PEC 32/2020, de forma agregada, deverá piorar a situação fiscal da União, seja por aumento das despesas ou por redução das receitas.”

Convém, portanto, que o necessário amadurecimento do debate na Comissão Especial resulte na rejeição da PEC 32/2020. Alternativas na direção republicana e democrática existem, como o demonstrado em “Rumo ao Estado Necessário” (Frente Parlamentar Servir Brasil e FONACATE, 2021). Reflexão crítica e informação qualificada mostram ser possível retomar a agenda de regulamentações, já prevista na Constituição, de melhoria de desempenho, produtividade e entregas da administração pública, desde que o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões não seja reduzido a chavões que estigmatizam o Estado, o serviço público e a própria nação.

A versão completa do artigo foi publicada no portal Jota, no dia 31 de maio, leia no Qr code ao lado.



Sindicato inaugura espaço para divulgação de atividades artísticas dos filiados

UNACON
CULTURAL

“Unacon Cultural” terá coluna fixa no Informativo Finanças & Controle e seção exclusiva no site. Interessados devem enviar os dados pessoais e o material a ser publicado para o email comunicacao@unacon.org.br

Chegou a hora de tirar seus poemas da gaveta. O Unacon Sindical lança, nesta edição, um espaço exclusivo para a divulgação de contos, poesias, poemas, crônicas e outras produções dos filiados. O “Unacon Cultural” terá coluna fixa no Informativo Finanças & Controle e, também, seção exclusiva no site. A proposta tem como objetivo revelar, prestigiar e incentivar os artistas da carreira.

O projeto surgiu a partir de uma sugestão do filiado, poeta e professor Jose Osmar Monte Rocha. “Estamos passando por momentos delicados de muito luto e, ainda, em meio à luta em defesa do serviço público. A coluna surge como um respiro, uma chance para o filiado intercalar a leitura de uma notícia importante com uma poesia mais leve e suave”, explica.

Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC) aposentado, Rocha se arrisca na poesia desde os 13 anos de idade. Versátil, migra entre os diferentes temas e estilos com facilidade. “Tenho conteúdo suficiente para publicar de quatro a cinco livros de poesia e mais uns três de prosa”, revela orgulhoso. Parte de sua produção ainda é manuscrita e permanece inédita, mas por pouco tempo. “Estou digitando todos, aos poucos”, conta.

Natural de Barra do Corda, Maranhão, Rocha tem assento na Academia Barracordense de Letras desde 1996 e já teve trabalhos publicados em pelo menos quatro edições das coletâneas “Escritores do Brasil” e “Poetas do Brasil”, organizadas por Aparício Fernandes. Atualmente é colunista do jornal digital “Turma da Barra”, hospedado no Facebook.



SONETO

Barra do Corda

Osmar Monte

Barra do Corda estrela matutina!
Terra do sol, estampa de esplendor!
Fonte de águas, princesa campesina!
Canção do sertão, sinfonia de amor!

Barra do Corda, tua mata é verdeada,
Tua fauna exhibe a bela natureza;
Teu dia é límpido, tua noite estrelada;
O vento que te cerca tem destreza.

Celeiro de mestres - sábios professores.
Fonte de músicos e de arte afim;
Berço de poetas, plêiade de escritores.

O teu povo é mais forte que a aroeira;
No abraço do rio Corda com o Mearim
Consagrou o amor para a vida inteira.

Convidamos Rocha para inaugurar a coluna Unacon Cultural com um de seus escritos. Para a estreia, ele escolheu um soneto – poema de forma fixa com 14 versos e quatro estrofes, sendo dois quartetos e dois tercetos – sobre sua cidade natal. ●

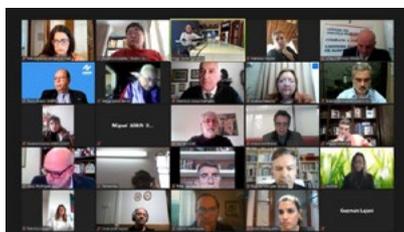
ENVIE SEU TRABALHO

Os interessados devem enviar os dados pessoais e o material a ser publicado para o email comunicacao@unacon.org.br. A entidade irá fazer contato com os interessados e acertar a forma de divulgação do material.

REUNIÃO INTERNACIONAL

O impacto da pandemia de Covid-19 nas relações de trabalho dos profissionais de controle interno foi o tema central da reunião virtual da União Latino-Americana de Trabalhadores de Organismos de Controle (Ulatoc/ Uitoc). Realizado no dia 1º de junho, pelo Zoom, o encontro reuniu entidades representativas de países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Panamá, Paraguai, Portugal e Uruguai. Bráulio Cerqueira, Rudinei Marques e Roberto Kodama representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical na videoconferência.

O encontro teve como objetivo discutir as graves consequências sociais e humanas da pandemia de Covid-19, analisar as novas ferramentas de trabalho e as consequências no campo trabalhista e sindical. Marques contextualizou a plenária sobre a realidade brasileira. "Não obstante as dificuldades trazidas pela pandemia, enfrentamos, ao mesmo tempo, o autoritarismo, o neoliberalismo, o negacionismo científico e uma tentativa de mudar a Constituição e reduzir o papel do Estado, justamente num momento em que sabemos que a população vai precisar de mais e melhores serviços públicos", disse.



E-BOOK

O Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate) e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) publicaram o livro digital "Rumo ao Estado Necessário: críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido". A obra, que reúne os 17 Cadernos da Reforma Administrativa lançados em 2020, conta com apresentação de Rudinei Marques, presidente do Fórum e secretário executivo do Unacon Sindical, e introdução de José Celso Cardoso Júnior, presidente da Afipea e coordenador da Comissão de estudos do Fonacate.

Com a publicação, o Fonacate e a Servir Brasil buscam qualificar o debate junto ao governo, Parlamento, mídia e academia e mitigar parte dos problemas estruturais da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa. Oficialmente lançado no dia 24 de março, durante o Dia Nacional em Defesa do Serviço Público, o livro está disponível para download no site do Unacon Sindical.



Faça o download no Qr code ao lado.



TODOS PELAS VACINAS

O Unacon Sindical formalizou apoio à campanha "Todos pelas Vacinas". Criada por organizações ligadas a pesquisas científicas, a iniciativa em prol da vacina contra a Covid-19 tem como objetivo disseminar informações confiáveis sobre os imunizantes, com conteúdo de fácil entendimento e replicável nas redes sociais. A logo do Sindicato aparece na seção "apoios mais que especiais". Anesp, Assecor e Anpprev, afiliadas ao Fonacate, também estão entre os apoiadores do projeto.

O material produzido pelo "Todos pelas Vacinas" é multimídia. No site, é possível encontrar charges, artigos, vídeos e podcasts. Para colaborar com a iniciativa, o Unacon Sindical tem publicado conteúdo elaborado pelo projeto no site e nas redes da entidade, sempre com a hashtag #TodosPelasVacinas. Todo o material está disponível no site www.todospelasvacinas.info. Curta, comente e compartilhe.



TENTATIVA DE GOLPE

Atenção. Mais filiados ao Unacon Sindical procuraram a entidade para relatar uma nova tentativa de golpe. Estelionatários se passam por membros da Diretoria Executiva Nacional (DEN) e pedem depósitos e transferências financeiras com o pretexto de que é preciso quitar tributos relativos a ações judiciais, prometendo benefícios expressivos.

Objetivando dar segurança aos filiados, a entidade esclarece que não realiza nenhum tipo de cobrança antecipada relativa a processos judiciais em andamento. Além disso, toda e qualquer comunicação a respeito das ações patrocinadas pela entidade é feita por meio de carta com papel timbrado do Unacon Sindical.

Em caso de dúvidas ou ligações suspeitas, entre em contato com o departamento jurídico pelo telefone (61) 2107 5000, opção 2 "assessoria jurídica".



540.000

Mais de meio milhão de histórias, sonhos e projetos tragicamente interrompidos pela Covid-19

Em memória de todos os brasileiros e colegas da carreira que faleceram ou que perderam familiares e amigos.

**VAMOS FAZER
A NOSSA PARTE**

Continue seguindo todos os protocolos de segurança, como o uso de máscara tipo N95 (PFF2), o distanciamento social e o uso de álcool em gel. E vacine-se!